



Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Promotoria de Justiça de Vila Velha
14º Promotor de Justiça Cível

ATA DE REUNIÃO MPES
PA nº 2019.0017.4061-61

Aos quatorze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois, reuniram-se mediante sessão virtual realizada na plataforma do “Microsoft teams”, às 14h, os Excelentíssimos Senhores Promotores de Justiça **Dr. Gustavo Senna Miranda e Dra. Nicia Regina Sampaio**, representantes da AGERH, através do servidores Sr. José Roberto e Aline K. Serau; do CBH Jucu, Ringo Batista e Elio de Castro, bem como as Promotoras de Justiça convidadas, Dr^a Noranei Ingle, de Domingos Martins e Dra. Isabela Cordeiro de Deus, Comarca de Viana, e acompanhada pela assessora da Dra. Roberta Pimentel Fully Miguel da comarca de Marechal Floriano. **1)** Aberta a reunião, Dra. Nicia expõe que o objetivo é acompanhar o cumprimento dos termos do acordo firmado nos autos da Ação Civil Pública nº 0012458-86.2016.8.08.0035 movida pelo MPES, cujo objetivo foi a implantação da Política estadual de recursos hídricos, em específico, a Bacia Hidrográfica do Rio Jucu. Na última reunião foi colocado que estavam em processo de contratação de agência delegatária para funcionar como Secretaria. Quer saber como está, se já identificaram as atividades inerentes à Secretaria, em relação a esse item que é fundamental para a Bacia se desenvolver. **2)** Com a palavra Ringo Batista, do Comitê da Bacia do Rio Jucu, fala que prepararam para essa reunião e o secretário executivo possui mais informações, com documentos para responder perguntas direcionadas ao Comitê. **3)** Passa a palavra a Elio de Castro, que destaca a importância de retomar essa discussão, pois estamos em 2022 e o comitê foi criado em 2007, mais de década, e não tem andado muito. A pergunta feita sobre apoio à secretaria executiva, a AGERH que deve comentar, pois envolve contratações, recursos, e o Comitê da BHRJ não tem recursos, não há cobrança, não administram recursos, não possuem sequer CPNJ. Comunica que precisa ser respondida pela AGERH. **4)** Com a palavra a representante da AGERH, Aline informa que recebeu o convite direto para seu e-mail. A diretoria recebeu um ofício do MPES, reiterando pedido de respostas sobre o cumprimento das cláusulas ou participação da reunião de hoje, a diretoria já respondeu por ofício, relativas às cláusulas de pendências da AGERH, por isso no momento está sozinha na representação da AGERH, mas o diretor também pode participar. **5)** Dra. Nicia confirma o

recebimento do ofício, mas na última reunião falaram da contratação da agência delegatária. **6)** Aline relembra que aproximadamente em outubro houve reunião com a AGERH e Dr. Gustavo, ocasião em que externalizaram todas as tentativas da AGERH a respeito desse tema, especialmente junto ao Fundágua, que não vinham conseguindo. Não teve ata, foi atendimento a pedido da AGERH, foi informado o apoio dado a todos os comitês com as servidoras da AGERH, gravam as reuniões, fazem as atas. Com relação a lançar edital, foi informado que não deu certo, formalizado por ofício que é sempre encaminhado para o MPES. **7)** Dr. Gustavo recorda que a reunião foi solicitada pela AGERH, lembrando que falou para formalizarem por ofício todas as questões, para registro no procedimento. Narraram as dificuldades. **8)** Aline informa que desconhece se houve encaminhamento de ofício registrando tudo que foi dito, e alternativa com essas duas servidoras temporárias. O que sabe é o ofício recém encaminhado em 07/03/2022, em razão da reiteração de ofício do MPES. Ali foi dito sobre outro projeto da AGERH que ainda será submetido à FAPES. O objetivo maior dele não é secretaria executiva, mas prestaria algum serviço de secretaria executiva, não conhece direito esse projeto, mas informam a oferta dessas duas servidoras temporárias que criam links, gravam as reuniões e fazem atas. Na resposta não falaram só de secretaria executiva, mas todas as cláusulas de responsabilidade da AGERH. **9)** Dr. Gustavo solicita à Aline que informe de forma resumida as informações prestadas pela AGERH, para dar publicidade aos demais participantes. **10)** Aline informa que o ofício fala de todas as cláusulas. Sobre a secretaria executiva. *Cláusula quinta. Dotar a Secretaria Executiva do CBH rio Jucu –ou sua futura Agência de Bacia / entidade delegada de suas funções –de pessoal e estrutura necessária para o seu regular funcionamento. Prazo (03/04/2019 a 02/04/2021) . Após várias discussões sobre Secretaria Executiva para os CBH's, decidiu-se que a melhor modalidade será a execução do Projeto “Desenvolvimento de sistema e arranjos institucionais para implantação dos Planos de Recursos Hídricos e Enquadramentos dos corpos de água”. O projeto envolverá instituições estaduais, a saber, a Agerh, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Seama) e a Fundação de Amparo à Pesquisa (Fapes), além dos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs) instituídos no Espírito Santo. Desde suas fases iniciais, passando pela etapa de planejamento e, posteriormente execução, monitoramento e controle e encerramento, os trabalhos serão desenvolvidos pelas instituições parceiras, sob a coordenação da AGERH e com a participação da sociedade através dos representantes dos Comitês.* Informa que essa resposta foi articulada pelo setor que dá apoio ao sistema de gestão, não participou dessas respostas. *Continua Dentre as metas previstas no projeto, a de número 4 prevê a realização de levantamento da dinâmica de funcionamento dos Comitês de Bacias Hidrográficas com o objetivo de identificar aspectos cruciais para melhorias visando a discussão e incentivo à implantação dos Planos de Recursos Hídricos e Enquadramentos dos corpos de água em classes. Para isso será importante propor metodologia e estratégias para organização e gestão documental do funcionamento destes colegiados, notadamente aquelas relacionadas ao fortalecimento da atuação dos CBHs. Um plano para informação, comunicação e mobilização*

social será proposto para os CBHs e atores responsáveis pela implantação dos Planos e Enquadramentos com o objetivo de envolver e promover a participação social. Um relatório técnico e um artigo científico também constam entre os resultados a serem alcançados com a realização das atividades da meta 4. O projeto foi aprovado no dia 23/02/2022 em reunião do Conselho Científico e Administrativo da Fapes (CCAF). O próximo passo para dar continuidade aos trâmites é a assinatura do Termo de Cooperação pela Seama, Fapes e Agerh e a descentralização dos recursos financeiros para início do projeto. Dessa forma, a expectativa é começarmos o projeto ainda no primeiro semestre de 2022. O custo do projeto será de R\$ 1.199.999,55 e o prazo de execução será de 36 meses. Os recursos serão provenientes do Fundo Estadual de Recursos Hídricos e Florestais do Espírito Santo –Subconta Recursos Hídricos - SRH. Além disso, informamos que fortalecemos a Coordenação de Apoio ao SIGERH com mais dois servidores, com isso estamos conseguindo apoiar os CBH's que necessitam de suporte para realizar os Serviços de Secretaria Executiva inerentes do CBH, principalmente no apoio as reuniões dos CBH's que solicitam à AGERH esse suporte. Por esta razão, solicitamos a prorrogação da conclusão da Cláusula Segunda para 31/12/2025. **11)** Dra. Nícia informa que ouvindo Aline, olhando o tempo da propositura da ação, o acordo foi firmado em 03.04.2011, por tudo que se vê, em relação a secretaria executiva, o Estado não avançou praticamente nada. Precisam reavaliar o acordo feito em juízo, pois a secretaria executiva que é mais célere, não conseguiram identificar ainda por parte dos firmatários algo concreto. Faz uma parte, vem com outra proposta, não concretiza, e enquanto isso passamos por fases importantes, mudanças climáticas, o quanto antes conseguir implementar as ações, mais garantias teremos de que pelo menos parte da sociedade terá a água no padrão que ela merece. Destaca que precisa dar concretude à secretaria executiva. Tem pedido específico na ação, verificará com os demais membros se precisam retomar em juízo, quase 3 anos após o acordo firmado, o que tem efetivamente em relação à secretaria executiva, além de colocar 2 moças a disposição, que não é garantia estão ali, mas precisa de rotina, metodologia, sequência de trabalho, etc. O MPES está percebendo o não cumprimento do acordo pactuado em juízo. **12)** Com a palavra Dra. Isabela, concorda com a fala de Dra. Nícia, fala que o Estado, no caso, o MPES vem lutando pela concretização dos instrumentos da política nacional de recursos hídricos já há mais de 10 anos. A política é de 1997, vamos para 30 anos da política e o nosso Estado continua patinando na mesma situação. Não consegue exercer os processos de emancipação social do ponto de vista da gestão democrática do recurso hídrico. A AGERH, por sua vez, tem demonstrado certo não interesse ou desprezo pelos mecanismos alternativos de resolução de conflito. Diz isso por ação existente em Viana em face da AGERH e do Estado tendo em vista a inexistência dos estudos hidrogeológicos da quantidade e qualidade das águas subterrâneas, até hoje não foi para frente, embora tenha acordo com a Real Café que era integrante dessa ação, o Estado continuou reticente, embora com prazo de 5 anos para contratar o estudo, a PGE propôs 8 anos, o que é absurdo, onde se vê a impossibilidade de fazer gestão hídrica séria e comprometida com a distribuição da água para todas as pessoas. Sabemos do caráter

fundamental e inerente à sobrevivência das pessoas, dos animais e no Estado do Espírito Santo sofremos de uma crise de gestão crônica, em que ninguém assume a sua própria responsabilidade. Quando há tentativa de construção consensual, como no exemplo, vê-se que há um abuso do diálogo, dos prazos estabelecidos, do que é acordado. Esse é o sentimento. O MPES tem de um lado a responsabilidade, missão constitucional de zelar pelos serviços públicos e dos poderes públicos e de outro lado, gastamos muito tempo com diálogo, sem que resulte efetivamente na concretização dos direitos fundamentais. Ou cumprem prazos, ou estão sinalizando que não há diálogo com a AGERH, com o Estado. Custa a crer que não haja diálogo, o diretor da agência é uma pessoa comprometida com os recursos hídricos, ao mesmo tempo estamos diante de um quadro político que não é um governo que não dialoga. Então precisamos pontuar se isso é problema de gestão política ou gestão interna do órgão. **13)** Com a palavra Elio de Castro, registra a satisfação de participar dessa discussão, considerando que o início desse debate ocorreu quando presidia o Comitê, quando tinha na época clareza, discussão objetiva, até calendário pré-definido de implantação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos da Bacia do Jucu, o que resolveria o problema em tela discutido nesta reunião. Se em 2016, como estavam discutindo internamente entre comitês e órgão gestor, tivessem implantado a cobrança em 2016, obviamente teriam resolvido a questão da secretaria executiva, pois não há como manter secretaria executiva na forma proposta. Compartilha da avaliação da Dra. Nícia e Dra. Isabela, com relação a postergação dos prazos. Os prazos de 2021 não foram cumpridos, agora sugerem 2025. Será que a condição da bacia hidrográfica do Rio Jucu em 2025 será a mesma condição de hoje? Será que a situação de ausência e excesso de água obedecerá o mesmo critério que acontece hoje? Será que teremos mais de dificuldade para garantir água para todos em quantidade e qualidade? É muito complicada essa discussão. Associar a questão de secretaria executiva, com projeto que discuta plano de bacia e enquadramento. Plano de bacia e enquadramento é documento técnico, para colocar em prática precisa de recurso. Se não houver recurso, não se coloca o plano em prática, muito menos vai respeitar o enquadramento, pois tem o Estado em que há municípios que muitas vezes nem lê o que o Plano da Bacia do Jucu. o que definiu para uso daquele trecho do rio que corta seu Município. O plano não consegue ser lido nem pelos municípios e órgãos do Estado. Recentemente a SEDURB discutindo ações para as estações de bombeamento para o Baixo Jucu, não tinha o plano de bacia do Jucu. O documento do plano de bacia é documento técnico que sequer é observado na gestão. Manifesta com o Ringo, seguindo as posições das Promotoras de Justiça, absolutamente contrário a prorrogação dos prazos, para entrega ao comitê exatamente o que precisa para fazer a gestão. Caso contrário o Comitê será esvaziado, tal como ocorreu na última eleição, que não conseguiu preencher todos os cargos. É discurso que não apresenta resultados para a sociedade, que quando vai ao rio, vê com muita clareza que quando não está chovendo muito, começa a sumir. E quando chove demais, vê o rio transbordar. **14)** Dr. Gustavo concorda com Dra. Nícia e Dra. Isabela. A fala da AGERH é de solução pontual de 2 servidoras, sem abrir mão de estruturar a secretaria executiva. Foram

várias reuniões até chegar nesse acordo. Há um desencantamento. Foram várias discussões para essas cláusulas pactuadas. É sempre favorável ao diálogo, mas desde que haja concretização. Não pode ficar postergando. O MPES moderno é sempre favorável a solução consensual, a última cartada é a judicialização. Mas chega a momento frustrante. Precisa chegar de forma mais objetiva com relação aos prazos e concretização das cláusulas, se vão avançar e continuar no diálogo. Mas é necessário sinalização clara, objetiva, por parte do Estado, da AGERH, se vai ser cumprido e em qual prazo, pois a prorrogação já houve. Destaca que é questão institucional da AGERH, não dos representantes nesta reunião, não diz respeito a atuação, sabe das qualidades, dedicação, da luta da Aline. É questão institucional do Estado e política pública ambiental hídrica. **15)** Com a palavra o Diretor Presidente da AGERH, José Roberto, diz que ouve de forma construtiva, com a obrigação de atender as palavras, principalmente da Promotora Isabela. O diálogo persiste com a AGERH, trabalham de forma participativa, com diálogo mútuo com MPES, comitês, todos os setores de gestão dos recursos hídricos. Em relação a secretaria executiva, tem interesse de caminhar nesse projeto, construir e ela acontecer. Nos últimos anos, alternaram propostas, tem a proposta recente apresentada por meio do ofício, é uma perspectiva de projeto construído em parceria com a FABES. Queriam contratar um ente delegatário para prestar esse serviço de secretaria executiva. A proposta apresentada ao MPES em reunião era contratar ente delegatário para auxiliar todos os comitês do Estado, até alcançar a cobrança. Aquele que já implantasse a cobrança, como é o caso do Jucu, que está na iminência de isso acontecer, aí já não teria a secretaria executiva, seria a agência de bacias. A ideia de agência, ainda nessa perspectiva, essa alternativa, no projeto de desenvolvimento que tem umas metas dos planos de bacia, os pesquisadores avaliam os fundos de ações do plano de bacia, cumprimento de ações, diagnóstico. Na Meta 4 do projeto é o trabalho de ajuda aos comitês de bacia, como se fossem apoio como essa secretaria executiva de apoio aos comitês. Mas hoje, na AGERH, dentro da condição de pernas e pessoal, colocaram as servidoras a disposição para apoio à secretaria executiva. A ideia do apoio são aqueles comitês que não conseguem exercer as atividades como secretaria executiva. A principio 3 servidores, coordenador e 2 servidores, esse projeto está na iminência de começar ainda nesse primeiro semestre. Já aprovado, estão para assinar com a FAPES, para a descentralização desse dinheiro. Foi dinheiro do plano de aplicação da AGERH, saldo que sobrou quando a AGERH foi criada, vai usar para desenvolver o projeto. Mas concorda com todos, é uma necessidade que a AGERH tem que resolver. Não é intenção protelar, mas diante da dificuldade de recurso e mão de obra, estão empenhando esforços, fornecendo pessoal dentro da AGERH, vão colocar o projeto para alento aos comitês, no que tange à secretaria executiva e trabalhar em proposta mais permanente no serviço de secretaria executiva. Como dito pelo Elio, a cobrança se resolvendo, esse serviço automaticamente se resolve. Tem que trabalhar em direção dessa cobrança a ser implementada no nosso Estado. Tem outros comitês com dificuldade, avançar nessa direção, o apoio do MP é sempre bem vindo, Elio tem dado apoio no fórum dos comitês, caminhar nessa direção, dar sustentabilidade

e fortalecer o sistema de recursos hídricos, o comitê lá na ponta é o que mais precisa. Não é interesse comitê enfraquecido, estão prontos para o diálogo e parceria é a qualidade que presam ao diálogo. **16)** Dra. Nícia fala que com relação as cláusulas, vão conversar entre os membros. Da secretaria executiva já registra que não podem dar mais prazos, específico com relação a Bacia do Rio Jucu, sabem que estão envolvendo outras bacias não vão aceitar mais prorrogação da secretaria executiva. **17)** Com a palavra Ringo, informa que tomou posse em dezembro de 2020, apresentaram o plano de trabalho, já aprovado na primeira plenária. Estão com processo continuado, para preencher as vagas remanescentes do Comitê, em paralelo à próxima plenária. Mais detalhes do plano, foi um plano bem discutido. Tiveram oportunidade de todos colaborarem na construção, pontuando ações mais prioritárias, dentre eles melhorar a comunicação de comitê e sociedade, comitê e entidades que o compõe. **18)** Elio faz duas pequenas observações. Citou na sua fala a desmobilização do comitê, tem 21 membros da plenária titular e 21 suplentes. Descreve o que ficou descoberto no último processo eleitoral. Em aberto 4 vagas de titulares e 7 vagas de suplentes, primeira vez que vê processo eleitoral que deixou a desejar como esse do Jucu. Quer dizer que a sociedade está desmotivada, não há motivação para que as pessoas entendam que o comitê fará a gestão dos recursos hídricos. Porque até agora, fala como militante, a verdade é que estão fazendo gestão de reunir e elaborar atas. O Comitê não tem capacidade de plano de ação, não tem suporte financeiro para executar ações, é exercício muito difícil. Como estabelecer plano de trabalho definindo ações se não administra recursos, como fazer a sociedade se enxergar no comitê? Precisam melhorar a comunicação com a sociedade. Mas precisam de uma resposta. O tripé que mantém o comitê tem um ponto do poder público, um ponto do usuário e um da sociedade civil, precisam funcionar independentemente, cabe ao órgão gestor de cumprir a política pública. No caso a AGERH deve isso ao comitê criado em 2007, já tem documento plano de bacia, já fizeram o enquadramento, elaboraram um plano de comunicação que não conseguiram executar, pois não conseguiram recurso. Possuem uma conta de um recurso que a agência nacional de águas repassa para os comitês estaduais, chamado programa nacional de fortalecimento de comitês de bacias hidrográficas que disponibiliza recursos para os comitês e não conseguiram colocar a mão no recurso. Deixa claro que precisam trabalhar em mãos duplas. O comitê precisa fazer seu esforço, sempre fez seu trabalho. Mas as respostas não são para a plenária do comitê, mas para a sociedade. Precisamos ter certeza de que ao ir ao rio captar água seja para agricultura, indústrias ou abastecer cidades, essa água esteja lá e não aconteça o que ocorreu em 2015/2016, quando a água que chegava em Caçaroca era toda captada para abastecer a região metropolitana de Vitória e mesmo assim houve necessidade de rodízio. **19)** Aline informa que está há 15 anos nesse comitê, concorda com a fala, como representante do poder público também é frustrante e cansativo. **20)** Em relação às demais cláusulas, Dra Nícia registra que passará para as Promotoras do interior participantes, pois no acordo em juízo ficou de ser encaminhado para as Promotorias, não tem condições de implantar o plano sem as promotorias que vão ao longo da bacia. Parece que receberam da Procuradora Geral o ofício para fazer o

acompanhamento. **21)** Dra. Noranei informa que receberam, pediram ao IDAF lista, com levantamento de moradores do entorno, encaminharam parte e estão analisando. Informa que estão com dificuldade em razão de cumulação de tarefas, sobrecarga de trabalho. Concorde com a fala das promotoras, que tem dificuldade com o poder público de conseguir realizar os acordos. **22)** Dra. Nícia passa a análise das demais cláusulas. Cláusula primeira, já respondida. Cláusula considerada cumprida, conforme nota técnica. Cláusula segunda formalizados 240 processos, acréscimo de 57% dos processos formalizados do Jucu. **23)** José Roberto informa que se encaixa na implantação do desenvolvimento do sistema de outorga. Estão digitalizando, colocando no e-docs. Tem projeto com bolsistas, primeira fase organização da informação. Levantar processos. Segunda fase é trazer os programadores. A perspectiva é terminar o ano que vem, com informações sistematizadas dentro da AGERH. **24)** Cláusula quinta, Dra. Nícia informa que quanto ao prazo o MPES não tem como deferir mais essa prorrogação. Precisam apresentar algo de fato concreto. Questiona a Dr. Gustavo se concedem prazo ou já retomam a ação em juízo. **25)** Dr. Gustavo informa que os Promotores de Justiça conversarão e formalizarão como será a postura do MPES, é sempre favorável ao diálogo, mas diante da fala do Elio, do esvaziamento do Comitê, estarrecedor, deve-se muito ao atraso irrazoável de estruturar o comitê minimamente. Os recursos, precisam estabelecer de onde vem. Pensa que poderiam retomar coisas de imediato, estruturação do comitê, AGERH, apresentar data razoável. É preocupante dentro do contexto da democracia participativa, a reestruturação precisa ser imediata. **26)** Dra. Isabela acrescenta o fato de que não há escassez de recursos financeiros, que não é o caso do Espírito Santo, justifica a fala, pois a Secretaria de Planejamento tem feito distribuições de milhões e milhões de reais. Dentro desse contexto é mais inadmissível ainda, entender como justificável postura que não aponta para uma prioridade. Vivemos momento político particular em que todos espaços de construção coletiva estão sendo de alguma forma esvaziados, por vezes através da eliminação da regulação, por vezes através dessa frustração. E o retorno desse caminho é muito difícil, pois o resgate de uma cidadania ativa, e esses espaços são voltados a democracia participativa ambiental, quando esvaziados precisam ter muito trabalho para mobilizar as pessoas, porque a tendência é voltar os olhos para as próprias mazelas individuais. Já vivemos uma modernidade individualista. A emancipação social dentro desse contexto já é por si só desafiadora. Se não dá o alimento necessário à manutenção e fortalecimento desses espaços, daqui a pouco nossa Carta Constitucional não vale de mais nada. Enquanto instituição precisamos mobilizar todos para que isso não aconteça, no caso a AGERH. A fala do Elio é preocupante, pois não é fala de agora, é de anos atrás, e o reflexo ocorre agora com esses esvaziamento. Em reuniões já mostravam o desânimo, que refletiu nessa eleição. O que mais esperamos? Já estamos no deserto. O cenário não poderia ser pior. A crise hídrica, quando a CESAN, responsável pela região metropolitana não nos poupa de ouvir que ainda viveremos cenários terríveis de escassez hídrica. Aí ao mesmo tempo, na reunião com o órgão da política estadual de recursos hídricos que não concretizou instrumentos ainda previstos lá em 1997. Estamos arrastando

corrente, e a consequência disso será sentida por todos nós, mas no aspecto democrático, os vulneráveis são os que mais sentem. Ou assumimos o compromisso em concretizar esses instrumentos e fazer a gestão hídrica, pois até mesmo onde os instrumentos são realidade, os desafios da escassez hídrica permanece, mas aí temos um senso de mobilização social em torno dessa pauta. Aqui não conseguimos criar as bases ainda para uma discussão coletiva, de que nós teremos que trazer solução para nossos problemas, que pressupõe fortalecimento desses espaços de debate coletivo. É lamentável, externa que nessa ação de segundo grau, de estudos hidrológicos, não viu empenho da AGERH, e precisa sentir isso da instituição pública, sob pena do nosso Estado se ver reduzido cada vez mais e engolido pelo mercado. Aí a situação será bem complicada, pois os processos de tentativa de privatização de recursos hídricos estão postos aqui, na América Latina, no mundo. E nós enquanto instituições ligadas à política, não estamos conseguindo romper com esse movimento, ao contrário, estamos alimentando os processos discursivos, que apontam para a necessidade dessa privatização, seja através de concessionárias, seja através dos órgãos ambientais, isso é muito perigoso. **27)** Elio parabeniza a observação de Dra. Isabela e acrescenta que tramita no Congresso o PL 4546/2021 que institui o mercado de outorgas. Não avançamos na gestão de recursos hídricos, Brasil de 1997, Lei das águas e o Espírito Santo em 1998, Política Estadual. Chegamos a 2022 sem implantar os instrumentos todos previstos na Política Estadual de 1998. Registra que fizeram reunião da diretoria no dia 11/03/2022, discutiram implantação de processo continuado para preenchimento das vagas, compartilharam documento hoje com membros da plenária, deram prazo para a plenária manifestar sobre a minuta do documento e em 07/04/2022 devem aprovar o processo continuado, e aí sim farão o trabalho de chamar as pessoas para fortalecer o comitê, para que tenham as pessoas e o debate seja feito dentro, onde deve ser feito. A ALES em 2019 aprovou legislação, entrou em competência de comitê, agora tem o Congresso Nacional querendo inserir o mercado de outorgas, privatizando o recurso hídrico. O comitê não avança e o setor que age na contramão da democracia, e da gestão democrática dos recursos hídricos, avança, no sentido de privilegiar setores específicos. **28)** Dra. Nícia pontua que após esses registros, encerrarão essa etapa e darão seguimento com os Promotores de Justiça, farão os encaminhamentos, se darão prazo para manifestação da AGERH e Estado. Nada mais havendo, a Promotora de Justiça declarou encerrada a reunião, agradecendo a presença de todos, tendo sido lavrada a presente ata, que incorpora a presente.



Documento assinado eletronicamente por **NICIA REGINA SAMPAIO**, em **17/03/2022** às **14:30:27**.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://validador.mpes.mp.br/> informando o identificador **100OLPKH**.